

RESENHA

A identidade cindida de Alice

Alice's Scindered Identity

Maria de Jesus FONSECA
Gisele Aparecida REIS

RESUMO

Visando compreender o misto de fenómenos sociais que se têm vindo a complexificar na actualidade, Boaventura de Sousa Santos tece um conjunto de considerações sobre as origens desses fenómenos. Em *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, faz um sobrevôo sobre os processos de construção do projecto da modernidade e especula sobre as razões que determinaram o seu não cumprimento. Por fim, o autor evidencia alguns dos riscos que se correm, por exemplo, o de que o sujeito pós-moderno se perca na materialidade da sua existência e, por isso, transmute a cidadania em consumismo.

Palavras-chave: emancipação, pós-modernidade, subjetividade.

ABSTRACT

Aiming at understanding the heterogeneous set of social phenomena which, in nowadays, have been evolving into growingly complex realities, Boaventura Sousa Santos analyses and comments on the origins of those phenomena. In *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, the author carries out an overview analysis of the building processes of the postmodernity project and speculates about the reasons which have determined its non fulfilment. Finally, he outlines some of the actual risks as, for instance, the postmodern individual being lost in the materiality of his/her existence and, therefore, transforming citizenship into consumism.

Index Terms: emancipation, postmodernity, subjectivity.

O olhar que a pedagogia dirige à sociologia é um olhar um pouco fragmentário e, portanto, quando estamos diante de um autor que acaba transpondo toda a meta-teoria que compõe o discurso sociológico para o contexto cotidiano sentimos de imediato a sua relevância. Essa é primeira possível impressão que tem um estudante das ciências da Educação que se dispõe a ler Boaventura de Sousa Santos. Especialmente a partir da leitura de seu livro *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. O sociólogo português, por meio de artigos escritos e em épocas distintas, apresenta nesse livro a tensão entre a construção simultânea da subjetividade e da cidadania no âmbito da transição de paradigmas sociais que se convencionou chamar pós-modernidade.

O autor toma como eixo de sua análise a evolução social e histórica do Estado português, caracterizando-o como aquele em que menos promessas da modernidade foram cumpridas; Sousa Santos une, ainda, o global ao local e oferece, assim, um panorama social e político pertinente, também para os países que partilham da herança cultural lusófona.

De início, já no primeiro capítulo, diante da constatação de que vivemos sob a condição de uma hiper-realidade pós-moderna, o autor lança cinco desafios ou perplexidades para a elaboração intelectual de uma verdadeira sociologia contemporânea. O primeiro, refere-se à dominância do “econômico” sobre o político nas sociedades atuais, o que contrasta com a tendência, hoje presente na Sociologia, de desvalorizar o econômico em relação ao político, o que evidencia o enfraquecimento das correntes marxistas nas ciências sociais. O segundo corresponde a uma mobilidade transterritorial tanto das empresas quanto das pessoas, bem ainda como a uma crescente internacionalização, já em vigência.

O terceiro diz respeito aos efeitos da queda do muro arendtiano que dividia as esferas do público e do privado. Tendo sua vida privada exposta, o indivíduo esbate-se, é cada vez menos indivíduo, as aparências asfixiam sua liberdade, falta-lhe a espontaneidade e, por consequência, sua

capacidade de criação se torna limitada. O quarto desafio se traduz na surpreendente generalização da aceitação do paradigma democrático, ao mesmo tempo que seus conceitos-chave como representação, participação, etc. são postos em xeque. Esse recrudescimento da democracia significaria um triunfo da perspectiva neoliberal no cenário internacional e a acentuação do conflito Norte-Sul? Contudo, nas sociedades actuais, a democracia convive com o neo-liberalismo económico e bem sabemos que, historicamente, democracia e liberalismo nunca foram boa companhia um para o outro. O quinto desafio lançado aos sociólogos refere-se à desterritorialização das relações sociais devido à intensificação da interação global. Estariam as velhas opressões étnica, racial e sexual solucionadas afinal?

De todos os desafios e perplexidades apontadas, a mais alarmante consiste na crise vivida pela corrente marxista. Por essa razão, Sousa Santos retoma, no segundo capítulo, as várias transformações que se processaram no seio desse pensamento ao longo do século XX. Da relação de promiscuidade entre o projeto da modernidade e a conformação do capitalismo produz-se um esgotamento do marxismo. O fato é que há vinculações entre essa crise e o rumo que as ações coletivas poderão tomar a partir daí, o que determina as possibilidades reais de transformação social.

Os capítulos sexto e nono irão tratar da crise de emancipação que caracteriza o nosso tempo, o primeiro, situando Portugal no seio dessa crise e, o segundo, aprofundando ainda mais a questão, irá reorientá-la no âmbito mundial. O que há de verdadeiramente inusitado na atualidade, assinala Sousa Santos, é que pela primeira vez a crise de regulação social caminha *pari passu* com a crise de emancipação social. De facto, segundo o autor, o projeto da modernidade repousa sobre os pilares da regulação, expressos pelo princípio do Estado, pelo princípio do mercado e pelo princípio da comunidade. O pilar da emancipação, por sua vez, é pautado pela racionalidade estético-expressiva artística, pela racionalidade moral-prática

do direito e pela racionalidade cognitivo-experimental das ciências. O equilíbrio desses pilares será o sustentáculo da modernidade clássica.

Na era moderna, a partir do pilar da emancipação, deu-se a emergência da concepção do Homem como autor do mundo, ou melhor, como sujeito desse mundo. Uma vez inaugurada a idéia de subjetividade — de identidade individual, surge, por extensão, a de identidade colectiva. Perguntar-se pela sua identidade implica perguntar pelas referências culturais comuns a um grupo “Identities são, pois, identificações em curso.” É fato que a era do globalismo nos projeta para a progressiva descontextualização das identidades sociais e para a universalização das práticas sociais e, ao mesmo tempo, que se dá uma recontextualização das diferenças étnicas, elas parecem se reafirmar, por exemplo, numa etnicização das forças de trabalho.

O conceito de imigração substitui o de raça e dissolve a consciência de classe. Trata-se, pois, de um racismo de descolonização diferente do racismo de colonização, esse, sim, definitivamente biológico. Em suma, trata-se de um fenômeno de etnicização das minorias. (SOUSA SANTOS, 1999, p. 145)

Essas novas e velhas identidades justapostas colocam-nos, enquanto herdeiros do legado cultural lusófono, a necessidade de compreender o estatuto identitário da cultura portuguesa que, para Sousa Santos, é menos consistente do que as identidades brasileira e africana. Portugal nunca conseguiu se diferenciar das culturas vizinhas sendo, para os demais Estados europeus, não mais do que uma semiperiferia, na medida em que sob o ponto de vista das práticas culturais quase se confundia com suas colônias. Para essas colônias, em contrapartida, Portugal estranhamente simbolizava a tradição européia. Portugal é, portanto, uma zona fronteira culturalmente híbrida marcada tanto pelo acentrismo quanto pelo cosmopolitismo.

A tensão entre os pilares da regulação social e os da emancipação foi o ponto de equilíbrio do projeto da modernidade clássica. Acrescente-se que o aprofundamento da regulação sobre a emancipação criou um espaço

predominantemente urbano, deslocado das antigas redes mecânicas de solidariedade social, comprometendo assim as relações sociais.

Nesse contexto, a hipertrofia da cidadania social identificada então com o consumismo promoveu o definhamento da subjetividade, transformada em individualização, e gerou um mal-estar coletivo que vem desde então se generalizando. Assim, o compromisso social democrático não deixou qualquer espaço para o exercício da autonomia e da criatividade.

Um dos pontos fortes do livro aparece no capítulo oitavo chamado *A idéia de Universidade e a universidade de idéias* e refere-se ao papel que a universidade na pós-modernidade deverá ocupar, já que, enquanto instituição, é marcada pela debilidade de uma tríplice crise. O autor irá desvelar uma interessante crítica sobre os efeitos dessa tripla crise gerada pelas contradições que a universidade hoje vive e pela incapacidade que revela em as ultrapassar. De facto, a partir da década de 1960, a universidade foi abalada nos seus alicerces e nos seus fins, até aí perenes e intocáveis. Se era na universidade que se constituía conhecimento científico, graças à investigação livre e desinteressada que nela se desenvolvia, começou a exigir-se-lhe produção de conhecimento científico útil e aplicável; por outro lado, em detrimento da sua função cultural, sobrepôs-se-lhe a sua função de ensinar, muitas vezes incompatível com a função de investigação; e começou a exigir-se-lhe um propósito novo, para o qual não estava preparada: a prestação de serviços. O processo de democratização que a universidade sofreu ao longo deste tempo colocou-a diante da dicotomia *alta cultura-cultura popular*.

Há, assim, uma crise no sentido de que essa instituição não consegue cumprir seu papel original. Uma crise de hegemonia, resultante da contradição entre conhecimentos exemplares, teóricos e conhecimentos funcionais ou práticos, ou, dito de outro modo, entre investigação pura e investigação aplicada. Uma crise de legitimidade, resultante da contradição entre a tradicional hierarquização da universidade e o processo de

democratização. Por fim, uma crise institucional, manifesta na contradição entre a autonomia de que a universidade sempre gozou e a nova exigência de produtividade social que agora se lhe reclama.

A universidade vive sob a ambígua condição de manutenção de seu elitismo e as exigências democráticas da inclusão social. Ela passa a ser governada por um modelo produtivista, que ao mesmo tempo que lhe impõe um compromisso social, a submete à *lex mercatória* das fundações e agências de fomento à pesquisa e a faz lidar com o imperativo ético de sua democratização. No centro dessa imbricação de crises está a fragilidade da autonomia universitária diante da crise do Estado-Providência e da desaceleração industrial. Sousa Santos aponta saídas para a impotência da universidade nessa transição de paradigma, que se traduziriam por uma mudança de atitude diante dos diferentes referenciais culturais que passam a compor seu repertório. Assim, seria preciso deixar de conceber uma hierarquização entre os saberes considerados alta-cultura e aqueles considerados populares. Nas suas palavras:

A universidade será democrática se souber usar o seu saber hegemônico para recuperar e possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes não-hegemônicos, gerados nas práticas das classes sociais oprimidas e dos grupos ou estratos socialmente discriminados. (SOUSA SANTOS, 1999, p. 228)

Com isso a universidade contribuiria para a construção de um novo senso comum, trazendo, entre outros, a possibilidade de aceitação da diversidade de saberes, proporcionando a abertura e o diálogo entre eles e permitindo, assim, a construção da sua nova identidade.

De fato, o mérito de *Pela Mão de Alice* está em dar conta de um maior número de fenômenos sociais e políticos que caracterizam o nosso tempo a partir do ponto de vista do mundo lusófono, o que irá servir de subsídio para que o alfabetizador possa compreender o seu material de trabalho. Sua originalidade consiste em conseguir projetar seus leitores rumo ao questionamento do significado que essa identidade social, já um

tanto deteriorada pelas marcas da transição pós-moderna, adquire nessa descrição do mundo em que vivemos.

A leitura de *Pela Mão de Alice* permite uma reflexão sobre o redimensionamento dos papéis que as instituições sociais assumem diante da diáspora global e diante da emergência de um mal-estar coletivo generalizado. Os riscos de que a universidade perca sua capacidade de questionamento e de que os indivíduos, perdidos no isolamento da sobrevivência, percam o seu poder de criação, são apenas alguns exemplos de que a nossa capacidade de ser sujeitos se vê ameaçada. Num mundo em que tais *maravilhas* serão possíveis, a ponto de reverter a identidade cindida de Alice, o sociólogo português considera, afinal, que, mais do que nunca, a utopia se faz necessária.

E a utopia, como bem lembra o autor, “[...] não é tarefa fácil nem é uma tarefa individual. Mas [...] a paciência da utopia é infinita”. Tais ponderações são de grande importância para o campo da Educação, dado que esta tem, por princípio, ser aquela, dentre as ciências humanas, que irá se postar ao lado da subjetividade e em defesa de uma diversidade de elaborações.

Referências bibliográficas

SOUSA SANTOS, Boaventura de (1994). **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento. (299 p.)

SOUSA SANTOS, Boaventura de (1999). **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez. (348 p.)

Autoras

Maria de Jesus Fonseca

E-mail: mjesus@esev.ipv.pt ou
maria_jesusfonseca@hotmail.com

Gisele Aparecida Reis

Nº. USP: 5378971
E-mail: gigareis@ig.com.br

Como citar este artigo:

FONSECA, Maria de Jesus e REIS, Gisele Aparecida. **A identidade cindida de Alice**. Resenha in Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 2, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.mocambras.org>> e ou <<http://www.acoalfaplp.org>>. Publicado em: setembro 2007.